

# Segunda condição da paz

Garantidos os direitos da pessoa humana, de que falamos no número anterior, o mundo novo, se quiser a paz, há-de refazer também a unidade social, sobretudo a unidade da família—unidade que o liberalismo quebrou, e que não pôde realizar o totalitarismo.

O liberalismo considerou, com efeito, o indivíduo como única realidade, fonte ~~causa~~ portanto de todo o direito e de toda a moral. A primeira, vista, dir-se-ia que a pessoa humana iria ocupar o lugar de proeminência que a doutrina liberal lhe reservava. Mas a realidade não correspondeu ao belo sonho. E o século do liberalismo foi para o homem uma trágica decepção.

Ele bem proclamava a liberdade de todos os homens, mas esta foi-se tornando cada vez mais incerta e precária, a tal ponto que, para muitos, se perdeu de todo. Bem declarou a igualdade de todos perante a lei. Mas nunca, na nossa terra cristã, se cavou tamanha desigualdade entre fortes e fracos, entre ricos e pobres, entre operários e patrões. Bem anunciou a fraternidade universal. Mas nunca a história assistiu a tamanhos conflitos sociais, que a luta de classes, gerada por ele, vem exacerbando dia a dia.

Para se avaliar a distância que vai entre a doutrina e a prática, bastará pensar um instante na propriedade individual, por exemplo. Foi esta proclamada direito absoluto do homem. Praticamente, fez dela o liberalismo privilégio duma pequena minoria, ficando a grande massa do povo privada da ascensão à propriedade, depois de ter sido dela espoliada pela livre concorrência. Na realidade, o direito de propriedade passou a ser apenas direito de alguns acentuando-se progressivamente desigualdade entre os homens. E' que o liberalismo esqueceu-se de que existe uma realidade social, que impõe deveres aos indivíduos. E quando se desconhecem estes deveres, só a força e a habilidade imperam, deixando à solta a cupidez do mais forte cevar-se na inocência ou na fraqueza do mais fraco.

São luminosas a este respeito as palavras de Pio XII: «Quem deseja que estrêla da paz nasça e se detenha na sociedade, rejeite toda a forma de materialismo, que não vê no povo mais que um rebanho de indivíduos que, divididos e sem interna consistência, são considerados como matéria de domínio e de arbitrio; procure conceber a sociedade como uma unidade interna, criada e amadurecida sob o governo da Providência.»

Para realizar esta unidade interna, têm aparecido, um pouco por toda a parte, em reacção contra o engano liberal, diversas formas de totalitarismo social ou político. Não realizam, porém, o seu objectivo porque, saltando de um extremo ao outro, rejeitam tudo o que é individual, para só considerar o social. E assim, em opção ao «homem, única realidade», apresentam como única realidade a sociedade ou partido, que passa, a ser, por sua vez, a fonte de direito e de moral. Ao deus-homem, que degradou e escravizou a maior parte dos homens, fazem suceder o deus-sociedade que desorganiza, e desrôa as próprias sociedades.

Nem o indivíduo, nem será fonte de paz, nem o totalitarismo nos dará a bonança. A verdade está mais uma vez no meio dos dois extremos: isto é, em considerar o indivíduo com deveres para com a sociedade, e a sociedade com deveres para com o indivíduo. Com efeito, se o homem tem de submeter os seus interesses ao bem comum, o bem comum não é mais do que o bem de todos os homens. E a sociedade não tem outra razão de ser senão a de conceder a todos os homens meios mais eficazes de realizar os seus direitos humanos.

Mas além da sociedade nacional ou internacional, existe a sociedade familiar, anterior e superior àquela. Anterior, porque, tanto na ordem lógica como na ordem histórica, a família existiu antes do Estado. Superior porque o Estado nasceu para permitir à Família atingir com mais facilidade os seus altos objectivos. Na base de toda a justiça e de toda a paz, está portanto, a libertação da Família e o reconhecimento efectivo dos seus direitos perante a sociedade e os indivíduos.

Pio XII reclama para a Família, em primeiro lugar, estabilidade e perpetuidade, pela indissolubilidade do vínculo matrimonial, sem a qual toda a política familiar será illusória. E, em segundo lugar, estabilidade, consistência e independência económica e moral.

O fim essencial da família é, com efeito, o de perpetuar a vida e educar os filhos. Como poderá realizá-lo, e lhe faltarem os meios adequados para o fazer?

Por isso a mensagem pontificia pede para a Família, «espaço, luz, desfogo, para que possa atender a missão de perpetuar a vida e educar os filhos em espirito correspondente às próprias verdadeiras convicções religiosas.»

Espaço! Quem observa a tachez da habitação de tantos lares, sobretudo nas grandes cidades, nesses páteos nauseabundos e nessas ilhas infectas, com famílias inteiras

a viver no mesmo quarto numa prosa miscuidade física e moralmente dissolvente, não pode deixar de aplaudir tão necessária e primordial reivindicação.

Luz! Mas a escuridão dos corpos nessas habitações doentias, acanhadas, em ruas estreitas e ensombradas, são mais perniciosas para a Família do que todas as doutrinas do amor livre. Luz para os corpos, luz para os espiritos. Já começa a havê-la nesses belos bairros económicos que o Estado tem ultimamente construído. Mas é preciso mais luz, muita mais luz, porque o sol tonifica os pulmões, e fortalece o espirito.

Desafogo! Que não seja apenas do ar mais puro que se respira, mas de safogo económico que permita a unidade e a paz familiar sem o pesadelo sombrio do dia de amanhã em cada dia que passa.

E mais do que tudo isto, que já é muito, Pio XII reclama «para cada família um lugar em que a vida familiar, sa material e moralmente, logre manifestar-se em todo o seu valor e vigor»; e que esta vida não seja contrariada pela fábrica, pois que é necessário que o lugar do trabalho e a habitação não estejam tão afastados que façam do chefe da família e educador dos filhos quasi um estrangeiro em sua própria casa.

Condição de paz a libertação da família! Libertação que não seja apenas teórica, mas prática sobretudo, a fim de que não aconteça, secar na sua própria origem a fonte da vida, que é a maior riqueza das Nações.

Para muitos espiritos, que a si mesmos se chamam «esclarecidos», a questão da família é uma questão sentida, e livre é célula insubstituível do povo, fonte de alegria, de vitalidade, e destinada a desaparecer com o progresso da humanidade. Progresso tal de força, esteio seguro da Nação, vez, mas progresso para a morte, esquecido da Justiça que é a fonte, por para a guerra, progresso para a ve-sua vez, da paz.

A Família próspera, saudável, estável, economicamente independente e livre é célula insubstituível do povo, fonte de alegria, de vitalidade, e destinada a desaparecer com o progresso da humanidade. Progresso tal de força, esteio seguro da Nação, vez, mas progresso para a morte, esquecido da Justiça que é a fonte, por para a guerra, progresso para a ve-sua vez, da paz.

ABEL VARZIM

Nunca

ABEL VARZIM

ABEL VARZIM

Para muitos espiritos, que a si mesmos se chamam «esclarecidos», a questão da família é uma questão sentida, e livre é célula insubstituível do povo, fonte de alegria, de vitalidade, e destinada a desaparecer com o progresso da humanidade. Progresso tal de força, esteio seguro da Nação, vez, mas progresso para a morte, esquecido da Justiça que é a fonte, por para a guerra, progresso para a ve-sua vez, da paz.

Uma nação sem crianças é como um jardim sem flores. Um mundo sem inocência é um inferno de mudos.